

**Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas:
aproximando agendas e agentes**
23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP)

Mediação social, participação e políticas públicas voltadas ao mundo rural: o caso do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul

Carla Michele Rech
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Os processos participativos envolvem uma complexidade de fenômenos, que de forma relacional, configuram as relações que se estabelecem entre os agentes, muitos deles promovidos por processos de mediação social. Estas relações geram interdependências multidimensionais, que para além dos aspectos econômicos e políticos, envolvem questões culturais e afetivas.

Quando, neste conjunto, se estabelecem também relações com o Estado visando a implantação de políticas públicas, se complexificam ainda mais os elementos que compõem as configurações estabelecidas. Enquanto cientistas sociais nos instigamos em compreender os elementos que, sem prescindir da valorização da margem de indeterminação, possam contribuir na interpretação destes processos.

O presente trabalho procura, a partir de um caso específico e da riqueza demonstrativa deste, agregar elementos teóricos e metodológicos junto às pesquisas sobre a participação em estreita interface com os estudos na área de políticas públicas.

Trata-se do estudo de caso realizado junto ao Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, instituição criada em 1995 e que a partir de 2004 adquiriu uma interface socioestatal - passando a atuar como colegiado territorial do território Zona Sul do Estado. Este processo é decorrente da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, uma proposta de descentralização do governo federal brasileiro (2003-2011).

Esse Fórum é caracterizado pela realização de reuniões mensais, nas quais participam organizações governamentais e não governamentais ligadas aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

Do ponto de vista empírico, as inferências emergem a partir do trabalho de pesquisa realizado a partir do segundo semestre de 2011 até o final de 2012, na qual foram analisados uma série de nove anos de atividades desse fórum (2004-2012). Como procedimentos metodológicos¹ privilegiou-se a análise documental, a observação participante e retrospectiva e a realização de entrevistas (focadas e por pauta).

¹ Vide referências bibliográficas utilizadas.

A mediação social: uma dimensão analítica central nos processos de participação e implementação de políticas públicas

Ao investigarmos as relações formadas entre os indivíduos podemos, dependendo da situação, verificar que as interdependências existentes se formaram pela disposição de determinado grupo ou indivíduo de ligar outro grupo ou pessoa àquela determinada relação, seja qual for a motivação, por meio do que se pode denominar de *processo de mediação social*.

As relações de mediação social, apesar de presentes nos contextos sociais, ainda são “uma dimensão analítica que é escassamente atendida” conforme destacam Nussbaumer e Ros (2011, p.9, tradução da autora).

Além disso, segundo os autores, “na maior parte dos trabalhos esta categoria analítica é acionada como variável explicativa, porém raras vezes como fenômeno a ser explicado” (NUSSBAUMER; ROS 2011, p. 58, tradução da autora).

Muitas vezes, o conjunto de pessoas que formam determinada configuração foi interligado por intermédio da ação intencional de determinados agentes: os mediadores sociais. Segundo destacam os autores,

Nesse trânsito operam agentes que intervêm no acesso, frequentemente mediado, de pessoas a outras esferas sociais. A ação dos mediadores sociais na vinculação a domínios como os da política ou de programas públicos, entre outros, propicia uma dinâmica reticulada entre diversos agentes sociais que se interconectam e que conseguem permear diferentes estruturas institucionais. Esta função implica uma mobilização de recursos materiais, mas também simbólicos que se imbricam nesse espaço de jogo composto por sujeitos com diferentes dotações de recursos, saberes e interesses (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p.9-10, tradução da autora).

Conforme destaca Oliveira (2011), a noção de mediação social permite captar as estratégias de alianças de pessoas que lutam por melhorar sua posição em um contexto incerto e hostil, iluminando os processos de mudança social.

Segundo o autor, “o conceito de mediação é tomado como revelador de uma dinâmica complexa em que os agentes situados em posições sociais diferentes interagem na perspectiva de construção de uma outra realidade” (OLIVEIRA, 2011, p. 70).

Nesta mesma linha, Velho (2001, p. 20 apud NUSSBAUMER; ROS, 2011, p.53, tradução da autora), argumenta que, “estabelecendo comunicação entre

grupos e categorias sociais distintas, os mediadores sociais são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando a importância de seu estudo”.

Reiterando essa perspectiva acerca dessa categoria social, Nussbaumer e Ros (2011, p.10, tradução da autora) destacam que,

(...) a mediação social é um conceito que ilumina especialmente uma das dimensões que configuram os processos de transformação e de reprodução da ordem social (...) uma perspectiva analítica factível de ser aplicada na compreensão da complexidade que compõe o social.

Para Neves (2008, p. 39) “valorizar a mediação social como perspectiva de análise é tentar se desembaraçar do positivismo, da reificação e da cristalização. Considerá-la é reconhecer a coexistência de diferenciados universos (...)”.

Segundo os autores, existem atributos que tornam um indivíduo ou organização um mediador, entre os principais destaca-se o reconhecimento público, como pode ser observado na seguinte citação:

Não é qualquer pessoa que está em condições de desempenhar-se como um *cultural broker*. Possuir reconhecimento público e recursos econômicos ou acesso a eles, ter um registro sobre como se comportar em diferentes âmbitos sociais segundo os padrões de conduta esperados, saber manobrar com critério os vínculos sociais, entre outras, são características gerais que apresentam esses atores, sendo específicos de cada sociedade os modos culturais em jogo (NUSSBAUMER; ROS, 2011, p. 19-20, tradução da autora).

Mediação social pressupõe também interdependência e ambiguidades o que nos remete à necessidade de uma abordagem processual das relações, que segundo Nussbaumer e Ros (2011, p. 61, tradução da autora) “permite compreender a dinâmica do vínculo e as condições de sua reconfiguração”. Para os autores “é função do investigador, perceber as correspondências que existem entre as representações que tem os agentes envolvidos em torno dos recursos mobilizados”.

Pelo exposto fica evidente o potencial interpretativo dos conceitos de mediação social e espaço de mediação para o estudo de situações sociais específicas, de forma processual e contextualizada, especialmente em condições que envolvem, além dos grupos sociais mediados, programas públicos que se propõem à inclusão social e o acesso a bens e serviços.

A interdependência entre o contexto político institucional e a participação social

Já vimos que o processo de mediação social, longe de ocorrer de forma espontânea e imediata, se dá em um contexto determinado, em dado período e sob certas circunstâncias. Este ambiente de trocas e interdependências geralmente sofre a influência do contexto político institucional, que pode atuar constringendo ou estimulando e até potencializando determinados tipos de mediação social e diferentes repertórios de ação coletiva.

Diversos estudos na área das ciências sociais tem concluído que os processos organizativos são desencadeados por diferentes fatores. Entre eles, o contexto político institucional tem papel relevante e deve ser considerado nas interpretações e compreensão destes. Estudos de caso realizados por Mcadam, Tarrow, e Tilly (2001), Skocpol (2003), e Tilly (2006) ratificam essa constatação.

Nas obras de Mcadam, Tarrow, e Tilly (2001), Skocpol (2003), e Tilly (2006) há a explicitação do argumento de que os repertórios de ação coletiva variam conforme o contexto político institucional.

Skocpol (2003) dedicou-se a investigar os processos associativos nos EUA, onde, segundo a autora, há uma forte tendência à formação de vínculos associativos, ao pertencimento associativo, padrão identificado já no século XVIII. Em suas investigações, identificou a interferência de elementos políticos-institucionais nas associações locais articuladas.

A autora também identificou que ocorreram mudanças nos padrões associativos, anteriormente pautados em grandes associações de massa e que ao longo do tempo foram alterando suas configurações, transformando-se em organizações profissionalizadas. Outra mudança observada é que organizações de característica contestatórias, passado o tempo, passaram a se articular com o Estado.

Além das mudanças observadas nos padrões de organização, Skocpol (2003) dá ênfase a investigação no padrão de financiamento da vida associativa, tendo em vista que a dimensão de mobilização de recursos é estratégica para a organização associativa, já que há um custo organizacional.

Cabe destacar também que a autora identificou em suas pesquisas que não é só a mudança político-institucional que interfere nos processos organizativos. Conforme resultados de suas pesquisas, crescentemente nos EUA, outros recursos tais como o apoio da mídia, presença de recursos humanos e a capacidade de mobilização, têm influenciado as organizações associativas.

Segundo a autora, não existe uma causa única nem uma institucionalidade única; o que existe são vários mecanismos que se articulam para gerar resultados, especialmente as condições políticas e sociais. Por isso, a ênfase na investigação dos processos internos e sua dinâmica relacional, especialmente as ofertas de participação social e política em determinados contextos (SKOCPOL, 2003, p. 176).

Já Mcadam, Tarrow, e Tilly (2001); Tilly (2006) e Tilly; Tarrow (2007) dão ênfase na reconstrução dos processos que envolvem políticas contestatórias (revoltas, revoluções, movimentos sociais) nas quais estão também englobados atores do Estado.

Os autores chegaram à conclusão, ao investigar diferentes processos ocorridos na Europa, na América Latina e EUA, que os repertórios de ação coletiva e especialmente as políticas contestatórias estão diretamente ligadas ao contexto político-institucional.

Para efeitos deste estudo tomamos por base as pesquisas realizadas no contexto brasileiro, especialmente as relacionados às dinâmicas institucionais e à participação dos agentes ligados ao mundo rural.

Leituras realizadas sobre determinadas dinâmicas participativas têm demonstrado que, especialmente em contextos de implementação de políticas públicas, determinados repertórios de ação coletiva são desejáveis pelo Estado, oportunizando práticas participativas de segmentos até então excluídos.

No Brasil, a década de 1990 foi marcante para a constituição da categoria social denominada de agricultura familiar² e para o desencadeamento de um

² De acordo com a Resolução n. 48/2004/MDA/CONDRAF, entende-se por agricultor(a) familiar, o conceito adotado pelo Pronaf, que inclui: a) produtores(as) rurais cujo trabalho seja de base familiar, quer sejam proprietários(as), posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou concessionários(as) da Reforma Agrária; b) remanescentes de quilombos e indígenas; c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem

conjunto de processos associativos. O país vivia uma intensa mobilização social nessa primeira década de redemocratização política. Nessa mesma época, em outras partes do estado e em diferentes partes do país, pequenos agricultores organizados se mobilizavam em torno da constituição dessa nova categoria social.

No meio acadêmico, a agricultura familiar passou gradativamente a ocupar espaço nas pesquisas, tornando-se tema relevante na área dos estudos sociais: “Em uma palavra pode-se dizer que a década de 1990 foi iniciada sob a marca da entrada da agricultura familiar no vocabulário acadêmico” (FAVARETO, 2010, p. 31).

Produto de lutas sociais, a emergência do que antes se denominava de “pequenos agricultores” no cenário nacional culminou entre outras ações, na formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf³, em decorrência do reconhecimento dessa categoria pelo Estado brasileiro.

Deteremos nossa atenção neste processo de participação social específico, visto sua proximidade com o objeto de estudo da presente investigação e pela expressiva quantidade de pesquisas realizadas por sociólogos brasileiros, além de ser um caso de interdependência entre o contexto político institucional e o desencadeamento de processos participativos, conforme observaram Silva e Marques (2009, p. 12):

(...) o Pronaf contribuiu para a propagação intensa de conselhos atuando em diversas esferas da vida social. Efetivamente, estes organismos colegiados, contando com a participação da população enxertam-se no aparato burocrático do Estado brasileiro (...). Remodelando esta arquitetura, os conselhos são, apesar das precariedades frequentemente salientadas, percebidos geralmente de maneira favorável, tendo em vista seu potencial de transformação política. Constituindo uma reorientação sensível das políticas voltadas ao meio rural brasileiro, o Pronaf colabora, portanto, com a provisão

a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; f) aquicultores(as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água.

³ Conforme destacam Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 23 - 24) o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais. Foi produto de uma reformulação em 1995, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) criado em 1994 durante o governo Itamar Franco. Essas modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial n. 1.946 datado de 28/07/96.

de instrumentos para a dilatação dos círculos nos quais se decidem as intervenções públicas, e, em particular o uso dos fundos públicos.

Desde sua criação até meados da primeira década do século XXI, o Pronaf sofreu uma série de transformações, com ampliação gradativa dos recursos destinados pelo governo federal para este programa.

Observa-se um conjunto de transformações ocorridas no âmbito do Estado brasileiro, desde a criação de um novo ministério, inovações institucionais no Estado Brasileiro, criadas justamente para dar conta da problemática da agricultura familiar, as quais são apresentadas claramente por Schneider; Cazella e Mattei (2009, p. 28-29),

A partir de 1999, com o início do segundo governo FHC, o Pronaf passou por novas reformulações (...) passando a ser incorporado pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (...). O MDA passou a abrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e (...) foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (...). Nessa nova estrutura organizacional, o tema da agricultura familiar ganhou mais espaço, tanto na esfera pública federal como na sua visibilidade junto à sociedade civil. (...) Deve-se registrar que uma nova reformulação institucional foi realizada na SAF em 2003, no início do governo Lula, com implicações sobre o Pronaf. No âmbito do MDA foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual passou a definir e gerenciar a modalidade do Pronaf Infraestrutura e serviços municipais.

Insistir nos resultados de pesquisas realizadas junto à estes espaços de participação, faz sentido à medida que, segundo Moruzzi Marques (2009, p. 113) “o estudo dos CMDR (...) permite refletir sobre as aberturas e obstáculos para a participação efetiva dos agricultores familiares nas decisões que lhes dizem respeito”.

Conforme destacam Favareto e Demarco (apud Silva e Marques, 2009, p. 15) é preciso levar em consideração também os constrangimentos impostos aos espaços participativos, especialmente os relacionados à esfera estatal, os quais geralmente possuem “limites legais-regimentais”.

Além das dinâmicas relativas à esfera estatal e os constrangimentos ou estímulos gerados a partir das mudanças institucionais, cabe destacar os aspectos relativos à sociedade civil e os processos de participação social, preferencialmente aquilo que diz respeito aos custos de participação e aos diferenciais de recursos.

Esta dimensão de análise, relativa à mobilização de recursos é destacada também por Schmitt (2012). Considerando, conforme apontam os pesquisadores, que a mesma enfatiza que,

(...) processos organizativos implicam custos e que, para sua continuidade ao longo do tempo, as organizações necessitam criar mecanismos de captação e utilização eficaz de recursos (financeiros, materiais, humanos, conhecimento, etc) coloca-se a hipótese de que alterações nas fontes e nos volumes de recursos que as organizações podem acessar tenderiam a gerar efeitos mais ou menos significativos na atuação das mesmas (SCHMITT, 2012, p. 11).

Tomando como referência a experiência de participação social junto aos conselhos municipais de desenvolvimento rural, das quais advêm as presentes categorias analíticas, há que se levar em consideração as seguintes observações que fundamentam o exposto acima e são elementos relevantes para compreensão de determinados processos: a mobilização de recursos necessários à participação.

A necessidade de deixar o trabalho e arcar com os gastos de deslocamento para as sedes dos municípios (onde, em geral, se realizam as reuniões), entre outras exigências que se colocam para a participação dos agricultores, não se apresenta da mesma forma para os representantes governamentais (...). Esse diferencial nos custos da participação torna-se mais problemático se levarmos em conta o fato de que, em geral, são os agricultores que apresentam menores rendas e disponibilidade de tempo, em comparação com os representantes governamentais. Ou seja, aqueles que têm menos recursos são os que precisam arcar com os maiores custos do processo de participação (SILVA; MARQUES, 2009, p.17).

Importante destacar também a relação encontrada por Basso (2009, p. 212) entre associativismo e processos de participação social, ao analisarem o agir dos agricultores. Segundo o autor,

(...) há evidências de uma estreita relação entre associativismo e participação. Os agricultores, ao adentrarem no campo da política, através dos movimentos sociais e das organizações, rompem com o isolamento social e cultural, criando assim um processo de socialização política que permite aos seus integrantes um momento pedagógico sobre o significado da organização e da participação política (BASSO, 2009, p. 212).

Além do nível individual de participação, quando se trata da relação de organizações com o Estado no sentido da implantação de políticas públicas, no que diz respeito à mobilização de recursos, Schmitt (2012) chama atenção para as mudanças nas organizações que esta exige, especialmente quando envolvem delegação: tornando as organizações maiores, mais profissionalizadas e mais burocratizadas,

Engajar-se em interações colaborativas com o Estado é altamente exigente em termos de recursos (...). Então, os movimentos que entram em uma relação colaborativa com o Estado tendem a tornar-se maiores, mais profissionalizados e mais burocratizados (GIUGNI; PASSY, 1998:102 apud Schmitt, 2012, p. 12).

Neste cenário de relação com o Estado encontram-se as organizações não governamentais (ONGs), cuja legitimidade, segundo Jean Roca (2001, p. 19 -20 apud Moruzzi Marques 2009, p. 100), advém de três fontes: “o exercício garantido de um *know-how* técnico; a afirmação de valores que tenham sentido na esfera social de um mundo ‘desencantado’ e a elaboração de novas formas de representação dos sem-voz”.

Para Moruzzi Marques (2009, p. 100) “as ONGs podem certamente completar a ação do Estado e apoiar, de forma eficaz, as organizações populares”.

Schmitt (2012, p. 2) ao investigar processos, na Bahia e no Rio Grande do Sul, onde ocorreram intersecções entre organizações sociais e agentes e instituições político-administrativas em virtude da implementação de uma política pública do governo federal - o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - chama atenção para desdobramentos pertinentes dessa relação, com base nos argumentos de Rosemblum e Lesch,

Nas narrativas da sociedade civil como o local da defesa de causas, da participação e da resistência e como o terreno moral da cooperação voluntária e do desenvolvimento pessoal, a sociedade civil é geralmente representada como um desenvolvimento espontâneo que é independente do governo (...). Mas o governo frequentemente provem mais do que somente a infra-estrutura de ordem pública e serviços públicos, a estrutura legal para a formação de organizações e os parâmetros das leis civil e criminal dentro dos quais as associações voluntárias operam. O governo é também patrocinador material, comprador, financiador e parceiro nas atividades presumidamente benéficas dos grupos da sociedade civil (ROSEMBLUM E LESCH, 2011, p. 291 apud SCHMITT 2012, p. 2).

Os pesquisadores chamam atenção que trabalhos recentes demonstram que a relação da sociedade civil com o Estado também tem gerado aspectos antes não identificados, como por exemplo, a dependência econômica das organizações em relação ao Estado:

(...) têm enfatizado a crescente dificuldade no estabelecimento de fronteiras claras entre a sociedade civil e o Estado/governo em função do aumento da importância do segundo no financiamento das organizações sociais, assim como pela expansão das parcerias e convênios nos quais as organizações sociais passam a assumir responsabilidades na implementação de programas e políticas públicas (SCHMITT, 2012, p. 4).

Outro ponto importante desta relação e que é apontado com clareza por Schmitt (2012, p. 4-5) refere-se ao acesso a recursos governamentais para implantação de ações em cooperação com o Estado:

(...) mudanças institucionais que ampliaram significativamente as possibilidades de contratação de organizações sociais para prestação de serviços públicos e, conseqüentemente, de acesso a recursos governamentais por parte destas organizações (...) e que são resultantes de intencionalidades e iniciativas de atores da sociedade e do Estado (...) o resultado dessas mudanças é a emergência e difusão de um padrão de relações de cooperação (que não exclui necessariamente o conflito) entre Estado e organizações da sociedade civil.

Como foi possível observar, determinados contextos políticos-institucionais aproximam a sociedade civil e o Estado, por meio do desenvolvimento de experiências participativas, oportunizadas pela disposição de contribuição mútua entre os atores envolvidos, os quais mobilizam recursos, atores e discursos, permeados por conflitos e tensionamentos, mas principalmente pautados na cooperação.

O caso do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul

Já destacamos que a década de 1990 no Brasil foi de emergência da agricultura familiar como categoria social reconhecida pela sociedade e Estado brasileiro. Em meio a esse movimento nacional, destaca-se a organização social dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul⁴.

Na região sul do estado, nessa mesma época, um pequeno grupo de pessoas ligadas às organizações que apoiavam pequenos agricultores da região, em conjunto com a chefia geral e pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, decidiram criar um espaço de debate e de elaboração de propostas para incidir na agenda de pesquisas da Embrapa, na perspectiva de inserir o tema da agricultura familiar.

O local dos encontros foi a Estação Experimental Cascata (EEC) da Embrapa Clima Temperado, localizada em Pelotas. Nascia assim, em 1995, o Fórum Regional da Agricultura Familiar. Do momento de sua fundação até o ano de 2004 o Fórum articulou um conjunto de ações voltadas aos agricultores familiares, na época os principais atores sociais envolvidos⁵.

De acordo com o registro histórico realizado pelo secretário executivo à época, nesses primeiros nove anos de existência do Fórum, houveram alguns resultados significativos, segundo consta no documento de registro:

Como resultados, destacamos a questão da socialização entre as parcerias, o nivelamento sobre a realidade da agricultura familiar, esclarecimentos e acompanhamentos de programas públicos existentes, como o Pronaf, Prodaleite, Ibama, Fepam, etc. Teve início um processo de conscientização e discussão regional sobre Agroecologia e o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento rural desta região (Documento do Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.).

⁴ Sobre a trajetória de organização da agricultura familiar no RS ver PICOLOTTO, E. L. *“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS*. Santa Maria: UFSM, 2006. (Dissertação de Mestrado). A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. Centro de Estudios Histórico Rurales. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata. Mundo Agrario, vol. 9, nº 18, primer semestre de 2009. _____ Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil. Revista Espaço Acadêmico, nº 91, dezembro de 2008; PICOLOTTO, E. L. Diesel, V. Implicações da Apropriação da Categoria “Agricultura Familiar” na Trajetória da Organização dos Agricultores do Alto Uruguai do RS. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí: ano 6, n. 11, jan./jun. 2008

⁵ “Participa[va]m em média 30 pessoas por reunião, entre prefeitos, secretários municipais de agricultura, técnicos da Emater, de cooperativas, pesquisadores, representantes de STR, associações comunitárias, ONGs, universidades, Corede Sul” (registro do secretário executivo Fórum de Agricultura Familiar, abril de 2004, s/p.)

Analisando as atas, relatórios e listas de presença das atividades do Fórum dos meses de junho a dezembro de 2004 verificou-se uma série de mudanças na configuração do Fórum naquele período, possivelmente em razão de uma mudança no contexto político-institucional, desta vez no âmbito do governo federal com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual descreveremos a seguir.

Como já foi destacado, a primeira gestão do Governo Lula (2003-2006) foi responsável pelo fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, no conjunto da sua reestruturação, da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que passou a definir e gerenciar a modalidade do “Pronaf Infraestrutura e Serviços Públicos Municipais” (SCHNEIDER; CAZELLA E MATTEI 2009).

Com a criação da SDT, a linha de financiamento “Pronaf Infraestrutura e Serviços Públicos Municipais”, anteriormente destinada aos municípios por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, mudou a sua unidade de atendimento e seus procedimentos operacionais⁶, passando a atuar como suporte ao desenvolvimento de “territórios⁷ rurais”, de caráter intermunicipal e pela gestão de colegiados territoriais:

Com a criação da SDT e autonomização da vertente Infraestrutura do Pronaf, agora sob sua jurisdição, ocorrem dois movimentos. Por um lado, todos os investimentos de apoio à infraestrutura passam a ser feitos em agregados de municípios. Junto a isso, modifica-se também o marco para a participação social na gestão do programa. Em vez dos conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir a criação de Colegiados Territoriais (FAVARETO, 2010, p. 31)

Nesta nova dinâmica institucional⁸, regiões do Brasil foram consideradas territórios rurais, a partir de critérios⁹ pré-estabelecidos pela Secretaria de

⁶ Os procedimentos operacionais das ações de assistência financeira a projetos de infraestrutura e serviços públicos municipais foram estabelecidos na Resolução nº 37 de 16 de fevereiro de 2004 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf.

⁷ A SDT/MDA define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (MDA, 2005).

⁸ Para a SDT/MDA, a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos primordiais a serem atingidos. A “identidade” é considerada fundamental para ensejar

Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e passaram a ser apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR¹⁰, também conhecido por Proinf e Pronat.

No Rio Grande do Sul, em 2004, foram selecionados pela SDT/MDA, 5 territórios rurais a serem apoiados, entre eles a região sul do estado, passando a ser denominado como Território Zona Sul do Estado/RS¹¹, área correspondente à de abrangência do Fórum.

Nesse mesmo período, a partir da articulação de alguns de seus membros, houve uma aproximação da proposta da SDT/MDA junto ao Fórum, que se constitui em junho de 2004, na Comissão de Implantação das Ações Territoriais, elaborando já neste ano, os primeiros projetos territoriais de investimento, propostos e deliberados pelas organizações dos agricultores familiares.

a coesão social e territorial, facilitando a concretização de processos negociados de desenvolvimento sustentável (MDA, 2005).

⁹ Segundo consta no relatório da reunião realizada em junho de 2004, a escolha dos territórios foi realizado a partir dos seguintes critérios:

Critérios Universais:

- ✓ Concentração de Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária.
- ✓ Territórios com ações prioritárias do Governo Federal e/ou Estadual.
- ✓ Concentração de Capital Social.
- ✓ Concentração de Baixos Indicadores de Desenvolvimento.
- ✓ Territórios de interesse dos Movimentos Sociais. (Concentração da Demanda Social e Priorização das Ações).

Critérios propostos para a Seleção Territorial:

- ✓ Divisões territoriais já pré existentes;
- ✓ IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio econômico elaborado pela FEE (Fundação Estadual de Economia e Estatística);
- ✓ Dinâmicas voltadas para o Desenvolvimento Territorial pré-existent.

¹⁰ Segundo documentos institucionais (MDA, 2005), para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o PDSTR está estruturado a partir de três elementos fundamentais: o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento).

Conforme Bonnal e Kato (2009, p. 13) “no caso do PDSTR o recorte territorial (...) têm no combate à pobreza rural e na presença da agricultura familiar e de assentamentos rurais seu principal escopo. Na lógica do programa, o desenvolvimento é concebido como o produto de um processo de inclusão social empreendido por atores sociais ligados à agricultura familiar, tendo como área de atuação territórios (...) para gestão do programa três níveis de administrativos são ativados: no nível federal o Condraf e a SDT/MDA elaboram as regras e a metodologia de ação; no nível estadual o Conselho Estadual (...) e no nível local o colegiado, que por sua vez é responsável pela elaboração de um plano de desenvolvimento territorial que baseia a elaboração de projetos coletivos”.

¹¹ A área geográfica deste território compreende os municípios de Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu

Resultado dessa aproximação, os assentados de reforma agrária se integram ao Fórum, bem como os pescadores artesanais.

A partir de 2005 o Fórum passa a atuar como Colegiado de Desenvolvimento Territorial, instância reconhecida pela SDT/MDA como institucionalidade do território e por meio de contrato de repasse, foram disponibilizados recursos de custeio para as atividades, incluindo o pagamento de despesas com deslocamentos de agricultores familiares, assentados e pescadores artesanais.

Analisando a documentação disponível constatou-se que em 2007 ocorreu uma mudança significativa na configuração do Fórum, representada pelo ingresso de representantes de comunidades quilombolas¹². Aqui cabe destacar uma característica do contexto onde está inserido o Fórum: a região sul do Rio Grande do Sul se caracteriza historicamente pela instalação da indústria saladeril¹³, que no século XIX absorveu significativo contingente de negros africanos escravizados, utilizados como mão-de-obra para o desenvolvimento dessa atividade.

Ao longo de dois séculos, foram se formando - em parte decorrente de fugas e ocupações de áreas de difícil acesso; e em parte produto da doação de terras a escravos alforriados e/ou ocupações de áreas devolutas no período pós-abolicionista - diversas comunidades negras rurais, muitas delas originadas dos antigos quilombos.

Segundo dados do CAPA (2007, p. 17), as comunidades quilombolas “possuem características rurais (...) desenvolvem agricultura de subsistência, trabalham como mão-de-obra eventual, junto aos pequenos agricultores e fazendeiros, produzem artesanato tradicional e de utilidades nas lides agrícolas”.

¹² Segundo o Art. 2º, da Portaria 98/2007 da Fundação Cultural Palmares, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2007).

¹³ Estudos historiográficos realizados por Zarth (2002), a partir de censos da época, permitem constatar a participação da mão de obra cativa em diversos setores da economia gaúcha, não se restringindo somente ao espaço das charqueadas. Mesmo expressivo, “são das últimas duas décadas os avanços da historiografia sobre a efetiva inserção dos escravos nas várias dimensões da vida social e econômica desta província desde o período colonial” (Rubert e Silva, 2009, p. 253).

Examinando as listas de presença do ano de 2007, constatou-se que a partir de abril desse ano, representantes de cinco comunidades quilombolas¹⁴ da região passaram a participar das reuniões do Fórum. Segundo os dados analisados, em mais da metade das reuniões realizadas havia presente na plenária uma liderança comunitária dos quilombolas.

Outra constatação a partir dos dados que surgem das listas de presença é que no ano de 2007, 10 organizações diferentes de pescadores artesanais participaram com frequência (algumas com até 80%) das reuniões do Fórum,

A partir da análise documental foi possível constatar que pelo menos 167 organizações diferentes participaram das atividades do Fórum nesses últimos nove anos, número subestimado visto que nem todos presentes assinam as listas de presença. Se considerarmos os dados dos anos anteriores, especialmente do início de 2004, podemos afirmar que ao longo destes nove anos aumentou em 7 vezes o número de organizações que passaram a participar das reuniões do Fórum.

No entanto, um dado chama a atenção: destas 167 organizações, 18 são organizações da pesca artesanal e 26 são comunidades quilombolas, essas últimas nunca haviam participado de outros espaços de gestão e mudaram o rosto do Fórum.

Além disso, cabe ressaltar que ao longo do período investigado, mais de cinco milhões de reais do orçamento da SDT/MDA foram investidos em projetos deliberados pelas organizações participantes do Fórum, além da articulação de outros programas públicos que trouxeram uma série de benefícios econômicos e sociais para o território.

Observando todos esses fluxos e as diferentes configurações do Fórum ao longo dos nove anos investigados, surge a indagação: o que fez com que o Fórum se mantivesse, com a ampliação gradativa no número de participantes nas reuniões e no número de organizações diferentes que participaram ao longo do tempo e, especialmente, oportunizando o ingresso e a participação de novos grupos, como no caso descrito, das organizações ligadas à pesca artesanal e das comunidades quilombolas?

¹⁴ Comunidades Quilombolas *Monjolo* (também conhecida por Serrinha e Campos Quevedos), *Torrão* e *Coxilha Negra*, localizadas em São Lourenço do Sul; e *Armada* e *Maçambique* localizadas em Canguçu.

Os resultados de pesquisa realizada demonstraram que o contexto político institucional e os processos de mediação social são centrais para o desenvolvimento de processos participativos e consequente eficácia na implementação de políticas públicas.

Considerando o caso específico, os dados demonstraram que a aproximação da SDT/MDA junto ao Fórum mobilizou as organizações da região, legitimando-o como espaço de deliberação sobre recursos públicos para investimento em projetos das organizações da agricultura familiar e não mais das prefeituras, como ocorria outrora.

Além disso, o Fórum teve à disposição, por meio do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor¹⁵ (CAPA)/Núcleo Pelotas, recursos financeiros para custear suas atividades e especialmente, ressarcir os representantes dos agricultores familiares, pescadores(as) artesanais, assentados de reforma agrária e comunidades quilombolas das despesas decorrentes da sua participação.

Conforme já salientamos, estudos realizados por Moruzzi Marques (2009); Favareto e Demarco (apud Silva e Marques, 2009); Schmitt (2012); Silva; Marques (2009) demonstraram que a falta de recursos financeiros é um dos principais constrangimentos¹⁶ à participação. De fato, no caso estudado, a disponibilização de recursos para esses grupos foi fundamental para ingresso e permanência no processo.

Outro elemento importante é que a SDT/MDA estabelecia em suas diretrizes¹⁷, a necessidade por parte dos colegiados territoriais - no caso o Fórum - de incluir representantes dos diferentes grupos que fazem parte da agricultura familiar nos processos de decisão, ou seja, estimulando que pescadores artesanais e comunidades quilombolas fizessem parte desse espaço.

¹⁵ "O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma organização não-governamental ligada à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), criada em 1978, que busca contribuir de forma decisiva para a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural. A luta é pela afirmação da agricultura familiar como parte de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável" (CAPA, 2008)

¹⁶ Em se tratando dos pescadores artesanais e dos quilombolas, podemos afirmar que os constrangimentos aumentam pelo maior grau de exclusão social, econômica e política ao qual estavam submetidos.

¹⁷ Segundo § 1º do Art. 1º da Resolução nº 48 do Condrap os colegiados territoriais deveriam contemplar a representatividade, diversidade e pluralidade dos atores envolvidos nas diferentes dimensões do desenvolvimento rural, segundo § 1º do Art. 1º da Resolução nº 48

No entanto, pela observação realizada durante todo o período investigado, pode-se afirmar que a existência de espaços de participação abertos e ativos, como o Fórum, em contextos político-institucionais favoráveis à determinados repertórios, e a participação efetiva dos grupos mais fragilizados, como dos pescadores artesanais e das comunidades quilombolas, não é um processo automático, tão pouco se limita apenas ao pagamento das despesas.

Segundo dados obtidos, principalmente por meio da observação, pode-se afirmar que a existência de uma organização regional, com uma trajetória institucional associativa sólida, capaz de estimular a participação de determinados grupos e garantir que as ações tenham continuidade, mesmo com a interrupção no repasse dos recursos, foi fundamental para o êxito no processo. Estamos nos referindo a trajetória do CAPA na região sul do RS.

Ressaltasse que o CAPA também manteve com recursos próprios da instituição, o pagamento do auxílio-deslocamento à todos os representantes dos(as) pescadores(as) artesanais e comunidades quilombolas visto que exigências¹⁸ impostas pelo agente financeiro em 2010 inviabilizaram o pagamento via contrato de repasse.

Cabe ressaltar também que em todos esses anos o CAPA conseguiu renovar os contratos que previam recursos para a realização das reuniões do Fórum e dos eventos paralelos definidos pelo Colegiado e pelo Fórum; bem como a remuneração de assessoria técnica permanente.

Segundo documentos institucionais da organização, desde 1980 inserido na região, o CAPA busca através da organização social, da agroecologia e do acesso a mercados a melhoria da qualidade de vida do público atendido (Ide, 2008). Ao longo dos mais de 30 anos de atuação, vem ampliando o público originalmente atendido: pequenos agricultores ligados à IECLB. Conforme destaca Dutra (2011, p. 72): "Uma primeira mudança ocorreu quando o CAPA propôs incluir os assentados de reforma agrária em seu público de atendimento, há 21 anos".

¹⁸ A Caixa Econômica Federal exigia que os pagamentos fossem realizados mediante depósito em conta corrente, um impedimento para esses grupos sociais, muitos dos quais não bancarizados ou com problemas junto às suas contas bancárias.

Como resultado do trabalho na região, criou e acompanha 14 organizações¹⁹ de agricultores familiares; apoiou à implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região, além da fundação de organizações da pesca artesanal e do apoio ao reconhecimento público e organização de comunidades quilombolas.

Para efeitos deste estudo, vamos nos dedicar a compreender sua trajetória com esses públicos específicos e sua ação em relação as políticas públicas. Segundo consta em uma de suas publicações: "Faz parte do trabalho do CAPA apoiar a implementação das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar" (CAPA, 2008, p. 66).

Neste sentido cabe destacar que a ação do CAPA também se reconfigura mediante os contextos político institucionais: "Com relação às parcerias públicas (...) desde o ano 2000 o CAPA vem ampliando acordos de cooperação nas esferas governamentais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal" (CAPA, 2008, p. 68).

Segundo registros encontrados, desde 2001 o CAPA acompanha a pesca artesanal, inicialmente limitada ao município de Pelotas, expandindo em 2005 a ação junto à 10 organizações da pesca:

"(...) em 2005, possibilidades de constituição de outro conjunto: a Rede Regional de Comercialização do Pescado no Sul do RS (...) participam desta iniciativa dez organizações da pesca artesanal da Região Sul do Rio Grande do Sul" (CAPA, 2008, p. 73).

Há de se destacar que foi por meio desta rede que o CAPA se aproxima das organizações da pesca e, por conseguinte, as mobiliza para o Fórum.

Junto às comunidades quilombolas é possível afirmar que o CAPA criou condições de possibilidade de participação destas comunidades no Fórum, iniciando em 2000 um projeto piloto com acompanhamento sistemático. Cabe destacar que as primeiras comunidades quilombolas que se integraram ao Fórum em 2007 (Serrinha/Monjolo, Torrão, Coxilha Negra, Campos Quevedos, Armada e Maçambique) são exatamente as comunidades atendidas desde o primeiro projeto desenvolvido pelo CAPA:

¹⁹ Entre elas destaca-se Coopar, Unaic, ArpaSul, Coopal, Cresol, Cooperativa Sul Ecológica, Cooperturuçú, Cafsul, Sintraf-Sul e Cooperativa União

Instigados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), organização que o acompanha, o CAPA iniciou em 2002 um projeto-piloto voltado ao desenvolvimento das comunidades de remanescentes dos antigos quilombos nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul (SURITA et al., 2007, p. 17) (...) De 11 comunidades identificadas, quatro integraram-se ao projeto (DUTRA, 2011, p. 74) (...) comunidades quilombolas Torrão, Monjolo, Maçambique e Armada (no interior dos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul) (SURITA et al., 2007, p. 09)

A invisibilidade²⁰ era, sem dúvida, uma característica comum destas comunidades negras rurais. Mesmo instaladas anteriormente aos processos de colonização europeia na região, as comunidades remanescentes dos antigos quilombos durante muito tempo permaneceram invisíveis aos olhos da sociedade regional. "O próprio Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que tem um trabalho de muitos anos na região, pouco sabia da existência dos quilombolas - quase invisíveis" (SURITA et al., 2007, p. 17).

Conforme destacado pela coordenadora do CAPA: "Começamos com quatro comunidades e fomos descobrindo muitas outras. Em 2008, fomos indicados pelos quilombolas para realizar um levantamento e apoio para o reconhecimento formal das comunidades" (CAPA, 2010).

Essa ação de apoio ao reconhecimento público, que oportunizou às comunidades quilombolas o acesso à um conjunto de programas públicos do governo federal, entre eles o Bolsa Família²¹, eletrificação e habitação rural, foi realizado pelo CAPA com apoio financeiro da SDT/MDA. Resultou, no final do ano de 2009, na identificação de 43 comunidades quilombolas na região Sul do RS e destas, 32 receberam as certidões emitidas pela Fundação Cultural Palmares²².

²⁰ Segundo Rubert e Silva (2009, p. 272) as comunidades quilombolas "sofrem uma 'invisibilidade expropriadora de duplo sentido' Gusmão (1995, p. 65) ao compartilharem os atributos de *negros* e *rurais*, ou seja, estão submetidos a um duplo sistema de relações verticais: do urbano sobre o rural e de brancos sobre negros. Adolfo de Oliveira chama atenção, porém (insistimos nesse ponto!), para o fato de que, além dessa invisibilidade imposta, há também "toda uma esfera de práticas sociais igualmente invisibilizadoras" exercidas no cotidiano pelos próprios atores".

²¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

²² A certidão é emitida pela Fundação Cultural Palmares, a partir dos procedimentos expostos na Portaria 98/2007 desta fundação, após o cadastro das comunidades no Cadastro Geral. Este por sua vez é o registro em livro próprio, de folhas numeradas, da declaração de autodefinição de identidade étnica, segundo uma origem comum presumida, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03 (Brasil, 2008).

Conforme os dados demonstraram, a participação desses grupos foi oportunizada pelas mudanças no contexto político institucional e se viabilizou a partir da disponibilização de recursos, e principalmente pela ação efetiva de mediadores sociais, especialmente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ Núcleo Pelotas, o que corrobora com a perspectiva apresentada por Jean Roca (2001 apud MORUZZI MARQUES 2009).

Assim como nas pesquisas realizadas por Basso (2009), os dados obtidos também demonstraram que a configuração prévia do tecido associativo do Fórum e do CAPA, enquanto instituição mediadora, foram fundamentais para sustentação do processo.

Verificamos também que o Fórum foi capaz de se adaptar ao longo do tempo e incluir nos processos de debate e deliberação das políticas públicas ligadas à SDT/MDA a participação efetiva de organizações da pesca artesanal e gradativamente a participação dos quilombolas. Além disso, ampliou sua coordenação, dando assento para esses grupos e também para os assentados de reforma agrária, que em 2004 se integraram ao fórum.

Pela complexidade dos fenômenos envolvidos, este e outros temas abordados de forma superficial no presente trabalho²³ suscitam a necessidade de aprofundamento por meio da realização de novos estudos.

²³ Agradeço a orientação e as contribuições do Prof. Dr. Pedro Robertt.

Referências bibliográficas

ANGROSINO, Michael. Observação Etnográfica. In: Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BASSO, D. **A produção e gestão das políticas públicas de políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos, Paraná.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BECKER, Howard. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. **Resolução nº 48 de 16 de setembro de 2004.** Propõe diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação . Diário Oficial da União, Seção 1 página 113, Brasília - DF 23/09/2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. **Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável.** Série Documentos do CONDRAF 1; CONDRAF, Brasília, DF. Setembro de 2005.

_____. **Resolução nº 52 de 16 de fevereiro de 2005.** Aprova recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF para as institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Diário Oficial da União, Seção 1 páginas 44 e 45, Brasília - DF 17/02/2005.

_____, **Portaria FCP nº 98 de 2007** - Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em 29.07.2012

Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/SDT/MDA. **Território Zona Sul do Estado Rio Grande do Sul.** Pelotas, 2008.

_____. **Alimentando a cidadania: a força da sociedade civil junto à políticas públicas.** Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

_____. **PTDRS** Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas, 2009.

_____. **Revelando os quilombos no Sul.** – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.

_____. **Um novo olhar sobre o Território Zona Sul.** Pelotas, 2013.

CEA D'ANCONA, Maria Angeles. El análisis de la realidad social: Aproximaciones metodológicas. In: Metodologia cuantitativa: estratégias y técnicas de investigación social. Madrid: Síntesis, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. POUPART, Jean et al. Trad. Ana Cristina Nasser. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

DUTRA, M. V. F, **Direitos quilombolas: um estudo de impacto da cooperação ecumênica** - Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

FAVARETO, A; Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / Arilson Favareto... [et.al] -- Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12; Brasília: IICA, 2010.

FAVARETO, A.; DEMARCO, D. **Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Observação. In: Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Entrevista. In: Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: Melucci, Alberto (Org.). Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica** (Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário). 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

MATTEI, L; CAZELLA, A. A. **Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas

públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MORUZZI MARQUES, P. E. **Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais e de desenvolvimento rural.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. In: Nussbaumer, B.; Ros, C.C (ed.). Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

NEVES, D.P. Mediação social e mediadores políticos. In: Neves, D.P (org.). Desenvolvimento Social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, V.L. A construção do sujeito ecologista e os processos de mediação e resistência. In: Nussbaumer, B. e Ros, C.C (ed.). Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

RUBERT, R. A., SILVA, P. S. **O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul.** In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

SCHMITT, C.J. (coord.). **Relatório de Pesquisa: Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, M. K. **Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para análise dos processos de participação social no**

Brasil. In: Dagnino, E.; Tatagiba, L. (orgs) Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

_____, De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos** 46(1):2-9, janeiro/abril, 2010.

SILVA, K. Marcelo. Da participação à Mediação: reconfigurações das relações sociedade-Estado em quatro experiências de Orçamento Participativo no Brasil. In: Nussbaumer, B. e Ros, C.C (ed.). Mediadores sociais: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.

SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. **Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural.** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, M. K; SCHNEIDER, S. **A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997 – 2000).** In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SKOCPOL, T. **Diminished Democracy: from membership to management in American civic life.** Norman: University of Oklahoma Press, 2003.

SURITA, R. Et al. **Descobri que tem raça negra aqui.** Pelotas: s. ed, 2007

TILLY, C. **Regimes and repertoires.** Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics.** Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

VALLES, Miguel. Genealogia histórica y planteamientos actuales acerca de la investigación cualitativa. In: Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y practica profesional. Madrid: Síntesis, 1997.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. La investigación cualitativa. In: Estratégias de investigación cualitativa. VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (Org.) Barcelona: Gedisa, 2006.

_____, Los estudios de caso en la investigación sociológica. In: Estratégias de investigación cualitativa. VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (Org.) Barcelona: Gedisa, 2006.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.